



33 sociedade, seja por meio dos catadores, das Universidades ou das representações  
34 de classes. O **presidente do CERS**, fez a leitura da pauta e em seguida passou  
35 para o próximo item. **2.** A ATA foi projetada e citada página por página para que os  
36 membros que tivessem propostas de alterações se manifestassem. Com sugestão  
37 do **representante do CREA, Samir Salles**, houve correções em seu sobrenome e  
38 na linha 172, a palavra Gavião foi corrigida para o correto, Gabião. Por sugestão da  
39 **Sra. Rosa Mariete do IPAAM**, na linha 352, a palavra mediação, foi corrigida para  
40 remediação. Sem mais objeções a ATA da 9ª Reunião Ordinária do CERS foi  
41 APROVADA. O Presidente do CERS, informou que havendo alguma alteração de  
42 grafia de palavra que não altere sentido, nem a estrutura do documento, podem ser  
43 encaminhadas para Secretaria Executiva. **3.** O **Secretário Executivo do CERS, Sr.**  
44 **Antônio Stroski** fez a leitura do artigo 28 do Decreto 41.863 que estabelece o selo  
45 Estadual de Qualidade:

46 *Art. 28. Fica criado o Selo Estadual de Qualidade "Sustentabilidade e*  
47 *Resíduos Sólidos", destinado a certificar práticas sustentáveis de produção,*  
48 *consumo e destinação final, consoante artigo 4º, inciso VIII, da Lei nº 4.457,*  
49 *de 12 de abril de 2017. § 1º Serão certificadas as práticas, processos,*  
50 *produtos e serviços que obtenham excelência na proteção e melhoria da*  
51 *qualidade do meio ambiente, não geração, redução, reutilização, reciclagem*  
52 *e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e rejeitos. § 2º A*  
53 *certificação solicitada pela pessoa física ou jurídica será avaliada pelo*  
54 *Comitê Estadual de Resíduos Sólidos - CERS, que criará o regulamento*  
55 *próprio, constando os critérios de análise, além de atender aos seguintes*  
56 *requisitos: I - os benefícios sociais e ambientais da prática; II - a*  
57 *continuidade da prática por, no mínimo, 05 (cinco) anos; III - a prevenção e*  
58 *precaução da degradação ambiental e da saúde pública; IV - a indução de*  
59 *mudança de conduta por indivíduos e pela coletividade. § 3º Concedida por*  
60 *ato do Órgão Gestor Ambiental, a pessoa certificada terá direito de uso do*  
61 *Selo e prioridade na obtenção dos benefícios econômicos da Política*  
62 *Estadual de Resíduos Sólidos. § 4º A certificação deverá ser revisada a*  
63 *cada 05 (cinco) anos. § 5º O Estado poderá, na forma da Lei nº 8.666/1993,*  
64 *contratar serviço para a realização do procedimento de certificação.*  
65  
66

67 Após a leitura justificou a inclusão do tema à pauta. Explicou que tem observado  
68 manifestação da sociedade civil e instituições começando a executar programas e  
69 projetos de práticas sustentáveis diretamente para gestão de resíduos sólidos. E  
70 visto que o Comitê está evoluindo bem, com uma pauta consistente, seria o  
71 momento para ver o regulamento dessa certificação. Enfatizou que no último  
72 parágrafo do artigo, diz que poderá ser feita a contratação na forma da Lei Nº  
73 8666/93 - Licitações e Contratos da Administração Pública - de uma consultoria para



74 assessorar na certificação para que efetivamente se possa fazer implantação do  
75 selo. A proposta não é discutir o tema na atual reunião, mas abrir a pauta para a  
76 Câmara Técnica de Certificação de Práticas Sustentáveis. CTCer. E que ela se  
77 debruce e comece a elaborar esse regulamento. O selo expedido é um ato da  
78 Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Isso será positivo para estimular e construir  
79 uma agenda positiva para SEMA, para o Governo, para todos. E estabelecido o  
80 regulamento possa-se divulgar, fazer um ato, talvez na semana do meio ambiente. O  
81 **Presidente do CERS, Sr. Eduardo Taveira** agradeceu as colocações do **Sr.**  
82 **Antônio Stroski** e abriu a palavra para contribuições. A **representante da MNCR,**  
83 **Sra. Suelen Ramos** falou que a respeito do selo, muitos municípios têm interesse  
84 em recebe-lo. Pois muitos deles já estão vendendo materiais recicláveis para  
85 Manaus, e, portanto, querem receber selo de boas práticas. A **Sra. Suelen Ramos**  
86 disse que respondeu aos municípios que o Estado ainda está trabalhando na parte  
87 de regulamentação e critérios. Nesse sentido perguntou se sua resposta foi  
88 adequada. A **representante da FIEAM, Sra. Renée Veiga** reiterou que sobre a  
89 questão específica dos incentivos econômicos, existe a necessidade de se fazer  
90 uma reunião com a própria SEFAZ, após eles terem analisado a legislação, para que  
91 eles possam apresentar quais seriam os benefícios em relação ao Estado. O **Sr.**  
92 **Antônio Stroski** perguntou a Sra. Renée Veiga, se a participação da SEFAZ seria  
93 no Comitê ou na câmara técnica? A **Sra. Renée Veiga** respondeu que o ideal seria  
94 trabalhar primeiro na câmara técnica com participação da SEFAZ, pois eles  
95 possuem condições de explicar o que é possível e o que não é. E posteriormente  
96 eles podem fazer uma apresentação disso dentro do Comitê. A **representante da**  
97 **SEMMAS, Sra. Aldenira Queiroz** falou que a Lei Nº 8666/93 foi revogada em  
98 01/04/2021, e existe um novo dispositivo legal que disciplina as leis das licitações. A  
99 **Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Sra. Christina Fischer** deu boa tarde a  
100 todos e explicou que a SEMA passou por ajustes e aproveitou a oportunidade para  
101 apresentar a **Engenheira Ambiental, Sra. Lilian Dirani**, nova integrante da equipe  
102 da SEMA, e que em algumas circunstâncias estará auxiliando mais diretamente o  
103 Presidente do Comitê e Secretário Executivo, na condução dos trabalhos do CERS e  
104 das câmaras técnicas, além de comandar a agenda de resíduos sólidos da  
105 secretaria. O **Presidente do CERS, Sr. Eduardo Taveira** deu as boas-vindas à Sra.



106 Lilian Dirani e disse esperar que, como formulador da Política Estadual não se faça  
107 apenas o acompanhamento, mas junto ao Comitê se possa encontrar as soluções  
108 para implementação e tirar do Papel a política elaborada. O **presidente do CERS**,  
109 almeja também que com os conhecimentos da nova colaboradora **Sra. Lilian Dirani**,  
110 seja possível implementar inclusive um sonho antigo do Lixão Zero, que começou  
111 com o **Sr. Antônio Stroski**. Além de que seja feito um trabalho junto com os  
112 municípios cuja participação é fundamental para se encontrar caminhos para reduzir  
113 os impactos ambientais da destinação de resíduos no estado. A **Sra. Lilian Dirani**  
114 agradeceu e disse que está disposta a contribuir e com o apoio de todos espera que  
115 se avance no tema de resíduos sólidos e se atinja os objetivos do Comitê. A  
116 **representante do IPAAM, Sra Rosa Mariete** falou da felicidade de saber que a **Sra.**  
117 **Lilian Dirani** estará na SEMA, após ter passado um tempo no IPAAM, que  
118 infelizmente por questões de contrato não puderam continuar a sua colaboração.  
119 Mas afirmou que a SEMA fez ótima aquisição. Com relação às prefeituras a **Sra.**  
120 **Rosa Mariete** informou que o IPAAM tem trabalhado e se preocupado em relação a  
121 questão da gestão dos resíduos sólidos no Estado do Amazonas. E quanto a isso,  
122 estão notificando todas as prefeituras, fazendo pareceres dos processos que estão  
123 na instituição e dando um prazo para que eles se adequem, inclusive para que  
124 apresentem seus planos revisados e apresentem o diagnóstico da situação atual dos  
125 resíduos gerados. O IPAAM está enviando junto com as notificações os termos de  
126 referência para apresentação dos planos de remediação dos lixões. O  
127 **representante da SEDECTI, Sr. Edmar Lopes** comentou sobre a sugestão de reunir  
128 com a SEFAZ. Disse compreender que o selo discutido, terá abrangência apenas de  
129 qualidade de processo, sem influenciar em incentivos. Se for tratado a questão de  
130 incentivo, será uma questão financeira, nesse caso é preciso elaborar uma proposta  
131 via SEFAZ e via SEDECTI. Existe a Lei nº 2826/2003 que Regulamenta a Política  
132 Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais de Desenvolvimentos do Estado. A  
133 referida Lei concede incentivos fiscais, e se tratando deste assunto, será gerado um  
134 estudo de impacto, junto a uma nota técnica para justificar a necessidade de  
135 redução de faturamento decorrente do incentivo que for dado à empresa que vier  
136 adquirir o selo. O **Sr. Antônio Stroski** falou que a intervenção da SEDECTI foi  
137 pertinente. A proposta do Comitê no momento é que seja acionado a Câmara



138 Técnica de Certificação, com participação da SEFAZ como sugerido pela **Sra.**  
139 **Renée Veiga**, e a câmara será responsável pela regulamentação e implementação  
140 do selo e após isto, a SEMA através do Comitê realizará a divulgação do selo na  
141 sociedade como um todo. O **Presidente do CERS, Sr. Eduardo Taveira** solicitou o  
142 registro em ata de um cronograma do trabalho da Câmara Técnica em relação as  
143 demandas. O **Secretário executivo do CERS, Sr. Antônio Stroski** disse que irá  
144 articular o agendamento da primeira reunião da Câmara de certificação para iniciar  
145 as tratativas e quando o regulamento estiver estabelecido trará para apreciação na  
146 plenária do Comitê. O **Sr. Bruno Gomes da UEA**, perguntou se a Universidade do  
147 Estado do Amazonas - UEA tem representante na Câmara Técnica. O **Sr. Antônio**  
148 **Stroski** confirmou que sim e citou todas nove instituições da Câmara Técnica de  
149 Certificação de Práticas Sustentáveis: Secretária de Estado de Meio Ambiente –  
150 SEMA, Instituto de Proteção Ambiental – IPAAM, Movimento Nacional dos Catadores  
151 de Materiais Recicláveis – MNCR, Associação Amazonense de Municípios – AAM,  
152 Universidade do Estadual do Amazonas – UEA, Secretaria Municipal de Meio  
153 Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, Secretaria Municipal de Limpeza Pública –  
154 SEMULSP, Associação dos Engenheiros Ambientais do Amazonas – AENAMBAM,  
155 Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Amazonas – OAB/AM. O **Sr. Antônio**  
156 **Stroski** explicou ainda, que quem compõe o Comitê também compõe as Câmaras  
157 Técnicas. Mas as Câmaras têm autonomia de convidar e convocar para ter o  
158 assessoramento necessário para desenvolver seu trabalho. Então não há restrição  
159 de participação. 4. O **Sr. Antônio Stroski** informou que chegou à SEMA o Relatório  
160 Anual sobre o Desempenho do Termo de Compromisso do Sistema de Logística  
161 Reversa das Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante Usadas, referente ao  
162 exercício do ano de 2020. O relatório foi enviado pelo Sr. Ezio Camillo Antunes,  
163 Diretor Executivo do Instituto Jogue Limpo, que é entidade gestora deste acordo  
164 setorial feito nacionalmente. Informou ainda que o presidente do instituto se dispôs a  
165 falar com a equipe da SEMA sobre um Termo de Compromisso para o Estado do  
166 Amazonas. E dentro deste termo de compromisso podem ser feitos estudos,  
167 levantamento de informações adicionais para saber quais índices, metas e  
168 parâmetros podem ser firmados com o setor. Já foi firmado através de documento o  
169 Termo de Compromisso de Embalagens em Geral, o CERS agora vislumbra mais



170 um setor importante para um acordo setorial consolidado a nível nacional. O **Sr.**  
171 **Antônio Stroski** fez uma explanação sobre o Relatório Anual de Desempenho de  
172 Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante Usadas, específico  
173 para o Estado do Amazonas. Explicou que existe um conjunto de parâmetros. O  
174 índice do relatório tem o detalhamento do sistema do Estado do Amazonas e a lista  
175 dos municípios com coleta zero. Após examinar o relatório percebeu que há poucas  
176 informações dos municípios que efetivamente prestam as informações para o setor  
177 de logística reversa. Daí a importância de buscar um compromisso e elaborar metas  
178 específicas para o território do Amazonas. O **Sr. Antônio Stroski** disse ainda não  
179 saber, se o IPAAM tem conhecimento de empreendimentos licenciados pelo IPAAM  
180 com atividades agregadas a logística reversa, pois a entidade gestora citada no  
181 relatório está sediada no Rio de Janeiro. A **Sra. Rosa Mariete** falou não ter a  
182 informação mencionada, mas que irá solicitar da gerência de licenciamento todas as  
183 possíveis empresas e irá encaminhar ao Comitê. O **Sr. Antônio Stroski** lembrou  
184 que tais questionamentos constam na solicitação que foi formalizada no ofício  
185 003/2021/CERS de 19/02/2021 enviado ao IPAAM. Sobre o relatório da Jogue  
186 Limpo explicou que nele constam as empresas e grandes distribuidoras de óleo  
187 lubrificante que aderiram ao sistema, a exemplo, Eternal, empresa habilitada pelo  
188 Estado do Amazonas. A **Sra. Rosa Mariete** esclareceu que a Eternal está licenciada  
189 pelo IPAAM para realizar o beneficiamento, porém quanto às embalagens não soube  
190 informar. O **Sr. Antônio Stroski** informou que o encaminhamento referente ao  
191 relatório do Instituto Jogue Limpo será uma análise feita pela Câmara Técnica de  
192 Logística Reversa e depois a Câmara trará a síntese do relatório para o  
193 conhecimento dos membros do Comitê. Outro ponto a ser discutido é para se alinhar  
194 pontos para que num futuro próximo, o IPAAM tenha condições de ter um  
195 instrumento normativo incorporando os compromissos com Logística Reversa ao  
196 licenciamento ambiental. Isso não ocorrerá no tempo que o Ministério Público quer e  
197 sim no tempo em que possamos atender. Começaremos a coletar informações e  
198 para estabelecer o cumprimento das metas para o Estado do Amazonas. O **Sr.**  
199 **Antônio Stroski** disse que não havendo comentários, considera a pauta transferida  
200 para reunião da Câmara Técnica e ressaltou a importância de uma análise feita  
201 pelos membros, tendo em vista ser o primeiro relatório recebido. Isto demonstra que



202 o acordo setorial está funcionando de forma efetiva e está alcançando o Estado do  
203 Amazonas. A **Sra. Rosa Mariete** perguntou como ter acesso ao relatório. O **Sr.**  
204 **Antônio Stroski** perguntou se o relatório em questão foi encaminhado aos  
205 participantes da reunião. A **Sra. Daniele Mota** informou que por problemas técnicos  
206 não foi possível o envio do documento, mas que faria isso o mais breve possível. O  
207 **Sr. Antônio Stroski** pediu desculpas pelo equívoco e reforçou que todo e qualquer  
208 ponto de pauta seja compartilhado com os membros da Câmara com antecedência.

209 **5.O Sr. Antônio Stroski** falou sobre o ofício nº 003.2021 que foi expedido pelo  
210 Presidente do Comitê Estadual e enviado ao IPAAM. O documento cita as  
211 embalagens plásticas que a entidade gestora do Jogue Limpo enviou ao CERS. Mas  
212 também tem os setores de lâmpadas, baterias, Óleos lubrificantes usados ou  
213 contaminados (OLUC) e etc. Quanto aos eletrônicos já existe um encaminhamento.  
214 O Secretário Executivo perguntou da **representante do IPAAM Sra. Rosa Mariete**  
215 se existe alguma informação para compartilhar com o Comitê, pois é a partir dessas  
216 informações que será cobrado dos setores que já possuem acordo setorial  
217 consolidados e o compromisso com território do Estado do Amazonas. A **Sra. Rosa**  
218 **Mariete** afirmou aos membros do Comitê que solicitou a manifestação da demanda  
219 via Diretoria Técnica, mas ainda não teve resposta, mas se comprometeu de quando  
220 receber respostas, encaminhar de imediato o CERS. O **Sr. Antônio Stroski** explicou  
221 que as informações solicitadas são: a relação de empresas que constam no ofício,  
222 que são licenciadas e se nos seus processos constam informações sobre os  
223 resultados. Por exemplo, os pneus, disse que pessoalmente manipulou o processo  
224 da Rio Limpo, e que em algum momento a empresa precisará ser convocada para  
225 prestar informação ao Comitê ou Câmara Técnica, de qual seu compromisso com a  
226 logística reversa. Pois foi discutido na 9ª Reunião do CERS que em algumas  
227 borracharias os pneus foram removidos, mas ainda não se tem informação do que  
228 está sendo feito após isto. Há uma deficiência, o sistema não está funcionando  
229 direito e no processo da Rio Limpo não consta essa informação de resultado. Outro  
230 ponto que precisa ser discutido por conta das metas dos acordos setoriais, é que as  
231 empresas que foram licenciadas com essas finalidades terão que trazer para os  
232 processos dados de resultados. E o IPAAM será a instituição de comunicação formal  
233 com o Comitê sobre essas informações. A **Sra. Rosa Mariete** informou que irá



234 conversar com a Gerente do Licenciamento dessas atividades e as informações que  
235 se pode ter de forma imediata é a apresentação de um plano do recolhimento da  
236 logística reversa. O **Sr. Antônio Stroski** sugeriu que em conjunto com o IPAAM,  
237 poderia - se ter um portal de transparência com as empresas licenciadas pelo  
238 IPAAM e, em que setores eles estão atuando. A **Sra. Rosa Mariete** disse que sendo  
239 a pessoa responsável pela gerência de resíduos, irá solicitar de todas as gerências  
240 um diagnóstico das empresas licenciadas e a destinação para cada tipo de resíduos.  
241 Cumprido os itens de pauta, O **Sr. Antônio Stroski** abriu a pauta para  
242 manifestações. A **representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga** informou que a  
243 instituição recebeu um ofício enviado pela SEMA a respeito de solicitação sobre a  
244 implementação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens pós-consumo, e  
245 que ele já foi respondido com todas as ações adotadas até o momento, bem como  
246 com todas as instituições e indústrias que já compõem esse sistema. Reforçou a  
247 importância da criação de mecanismos para que o material vindo de fora, seja  
248 controlado e fiscalizado, pois a indústria do Amazonas vem investindo para  
249 possibilitar o cumprimento da legislação, porém não existe tratamento igualitário  
250 enquanto não houver a mesma cobrança aos produtos vindos de fora para o  
251 Amazonas. É importante que o poder público verifique como será feita essa  
252 cobrança em relação aos produtos importados do exterior e aos produtos vindos de  
253 outros estados, para que não se encareça demais os produtos regionais, tirando  
254 uma competitividade no mercado daqueles que estão se adequando a legislação.  
255 Aproveitou a oportunidade para reforçar a necessidade em relação a esses dados,  
256 os mesmos serão apresentados no momento oportuno. No comitê, porém como já  
257 se encontra delimitado no Termo de Compromisso para logística reversa, existem  
258 alguns prazos que vão ser cumpridos e o início da operação já começou a  
259 acontecer. Porém não está 100% porque existem prazos que estão sendo cumpridos  
260 e as indústrias estão se adequando, mas a maioria das Indústrias que estão dentro  
261 dos sindicatos da FIEAM já aderiram e já estão fazendo a parte dos cálculos para  
262 saber qual é a quantidade efetiva de material elas têm de compensar e qual é o tipo.  
263 O **Sr. Antônio Ademir Stroski** comentou que sobre o controle ao tratamento  
264 isonômico, é preciso conversar com a Secretária de Fazenda, pois talvez na  
265 chegada ou na liberação do controle fiscal o comitê pode ter um olhar sobre o



266 posicionamento feito pela **Sra. Renée Veiga**. A **representante da FIEAM, a Sra.**  
267 **Renée Veiga**, lembrou que o ocorrido no estado do Mato Grosso do Sul, por  
268 exemplo, algumas indústrias do Amazonas, participaram do processo. Então o órgão  
269 Ambiental de lá e o Ministério Público se uniram e elaboraram uma relação de todas  
270 as empresas, citando de forma nominal cada uma que comercializava no Estado e  
271 fizeram um edital com prazo para que elas se adequassem. Inclusive as indústrias  
272 amazonenses citadas, prontamente atenderam à convocação e já comprovaram a  
273 logística reversa através do sistema implantado no Amazonas, mas fazendo a  
274 compensação no Estado do Mato Grosso do Sul, assim como estão fazendo  
275 também em São Paulo e em outros Estados da Federação que estão com o sistema  
276 em funcionamento. Existe sim alternativas, e de qualquer forma passa pelo controle  
277 da SEFAZ e sua participação na implementação será importante. O **Sr. Antônio**  
278 **Stroski** disse que a discussão será feita quando se iniciar as tratativas dentro na  
279 Câmara Técnica sobre o assunto levantado pela **Sra. Renée Veiga**. Sem mais  
280 manifestações o **Secretário Executivo do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos,**  
281 **Sr. Antônio Stroski**, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a  
282 reunião. E não havendo mais registros, eu Daniele Mota da Silva, apoio  
283 administrativo do CERS, \_\_\_\_\_transcrevi a  
284 presente Ata de Reunião.

285

286

Secretária Executiva do CERS

